Migração e mídia: identidade, racismo e intolerância na migração de sírios e haitianos para o Brasil

Migration and the media: identity, racism and intolerance in the migration of Syrians and Haitians to Brazil

Barbara Lopes Heleno¹

Rafaella Max Reinhardt²

RESUMO

A migração é um fenômeno constitutivo da identidade brasileira. Contudo, parece haver um invisível contrato social, sobre quais migrantes são ou não bem-vindos. O presente artigo pretende discutir sobre a recepção midiática aos movimentos migratórios que afetaram o país recentemente, com a vinda de sírios e haitianos.

Palavras-chave: Identidade. Migração. Mídia.

ABSTRACT

Migration is a phenomenon that constitutes the Brazilian identity. However, there seems to be an invisible social contract, about which migrants are welcome or not. The present article intends to discuss about the media reception to the migratory movements that have recently affected the country, with the arrival of Syrians and Haitians.

Keywords: Identity. Migration. Media.

1 INTRODUÇÃO

Indígenas, portugueses, holandeses, africanos de todo o continente, italianos, japoneses, alemães e austríacos. Um amálgama de diferentes nacionalidades é constituidor da identidade brasileira. De acordo com o Censo de 1991, “havia, então, no Brasil, 767.781 indivíduos procedentes de 64 países.” (PEREIRA, 2011, p.8). Em uma análise rasteira, pode-se dizer que o Brasil é um país receptivo aos imigrantes. Entretanto, o cenário ao qual estes estão expostos é bem distinto, e há um reforço midiático que chancela e, por vezes, fomenta esse comportamento mundial.

---

¹ Pós-graduanda em Cidadania e Direitos Humanos no Contexto das Políticas Públicas, Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Publicidade e Propaganda e graduanda em História (Licenciatura), todos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: barbaralheleno@gmail.com .

² Pós-graduanda em Cidadania e Direitos Humanos no Contexto das Políticas Públicas, Bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: rafaellereinhardt@gmail.com.

Vale ressaltar que esse artigo não pretende realizar uma avaliação valorativa dos conceitos ou um estudo de caso sobre algum movimento específico. Os tópicos aqui apresentados visam principiar uma análise, sobre o modo como a mídia reforça visões estigmatizadas sobre imigrantes de determinadas nacionalidades, como haitianos e sírios.

2 MIGRAÇÃO DE SÍRIOS E HAITIANOS PARA O BRASIL

Antes de iniciar a discussão sobre o reforço na construção de estigmas identitários sobre haitianos e sírios pela mídia brasileira, faz-se necessário realizar uma breve discussão sobre o status dessas populações no país.

A República do Haiti, em janeiro de 2010, sofreu um abalo sísmico que provocou catástrofes no país e, segundo a Cruz Vermelha, três milhões de pessoas foram afetadas. Segundo o economista Wagner Oliveira (2017), a razão pelo qual os haitianos vieram para o Brasil não se restringe apenas ao terremoto de 2010, e sim a várias questões de vulnerabilidade, como instabilidade política, mazelas sociais e econômicas e catástrofes ambientais frequentes (OLIVEIRA *apud* FERNANDES; MILESI; FARIAS, 2012).

Sendo o Haiti um dos países mais pobres do globo, sua recuperação após esse desastre natural foi certamente muito complicada. Isso desencadeou um número expressivo de pessoas que deixaram o país, buscando melhores condições de vida. Segundo Fernandes e Faria (2017), no ano de 2010 já se iniciou um fluxo de migração dessa população para o Brasil e naquele momento, coube aos municípios e estados receptores a administração da situação, contando por vezes, com o apoio de instituições sociais.

As especificidades que motivaram o deslocamento dessa população, desastres ambientais e/ou naturais, não estão contemplados nas convenções que tratam da matéria dos refugiados, com o que foi estabelecido na Convenção de Genebra de 1951, no Protocolo de 1967 e na Convenção de Cartagena de 1984. Desse modo, considerando que este fluxo migratório se intensificava com o passar dos anos e que essa população não estava amparada juridicamente, em 2012, foi estabelecida a Resolução n. 97/2012, que trata da concessão do visto permanente a nacionais do Haiti:

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro. Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010. Art. 2º O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos)

vistos por ano correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País. (CNIG, 2012).

Tal medida visou à organização do movimento migratório e o enfrentamento a redes criminosas que promoviam a vinda de haitianos para o Brasil de modo ilegal:

O governo brasileiro procurou regularizar a imigração haitiana para o Brasil, entretanto, é preciso considerar a efetividade da resolução implantada, já que o cumprimento de todas as etapas do processo para a obtenção do visto é um processo difícil para maioria dos cidadãos haitianos. (FERNANDES; FARIAS, 2017, p. 155).

Por sua vez, o fluxo migratório Síria / Brasil, não é um fenômeno histórico novo. De acordo com os estudiosos do tema “a entrada de imigrantes sírios começou a ganhar volume na virada do século XX, atingindo seu ápice antes da Primeira Guerra Mundial.” (TRUZZI *apud* BRASIL, 2017, p. 16). Entretanto, até 2011, não houve outra grande movimentação.

Após a Primavera Árabe³ que culminou em uma guerra civil, o Brasil voltou a ser destino para a população síria. Segundo Brasil (2017), há a estimativa de que os conflitos tenham causado mais de 200 mil mortes, sobretudo de civis, e tenha forçado mais de 4 milhões de pessoas a fugir do país. Para o autor, a escolha de parte dessa população pelo Brasil se dá por essa rede de apoio já estabelecida e segundo dados do Conare, “desde 2011, 3.851 sírios solicitaram refúgio no Brasil.” (CONARE, 2017, p. 40)

De modo distinto do outro grupo populacional aqui analisado, a população síria se enquadra no primeiro artigo da lei nº 9.474/97, a Lei do Refúgio, já que os sírios “devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país” (BRASIL, Art. 1, Lei n. 9.474, 1997).

Com o agravamento dos conflitos em território sírio e o aumento desse fluxo desde 2013, missões diplomáticas brasileiras estão autorizadas a emitir o visto especial para aqueles que queiram vir ao Brasil e aqui solicitar o refúgio.

O processo de regularização dos imigrantes haitianos e sírios, mesmo distintos e conferindo a estes diferentes status, são complexos e morosos. E dependem desses trâmites legais questões de primeira ordem, como: assistência médica e psíquica; garantias de direitos, trabalho e educação; alimentação e moradia digna. Na busca por direitos, o imigrante haitiano e o refugiado sírio ainda precisam enfrentar situações de preconceito e xenofobia.

---

³ Fenômeno que eclodiu no Oriente Médio e norte da África, nos anos 2010/2011, quando a sociedade civil rebelou-se contra a opressão e corrupção dos ditadores de seus países e clamaram por melhorias sociais. (BIJOS; SILVA, 2013, p. 1)

3 IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO

As identidades são construídas a partir da interação com o outro, ou seja, a sociedade e eu e, é necessário um reconhecimento do outro para que se forme uma identidade. A partir disso, se estabelece um conflito na sociedade, porque a dificuldade de reconhecimento da alteridade fragiliza a construção da própria identidade.

Antes da vinda da modernidade, o sujeito era capaz de definir suas ações a partir de referenciais culturais e sociais e, com as mudanças resultantes da globalização junto à compressão do tempo/espço, surgiram configurações novas que possibilitam o sujeito intervir e interagir na construção da sua identidade. Os valores guiados pelas identidades regionais, ganham novas configurações constantes, por causa da globalização. Assim, esses valores regionais estão submetidos cada vez mais a intervenções externas.

Giddens (citado por HALL 1997, p.16) defende a ideia de a fragmentação das identidades que causa uma crise identitária acontece “à medida que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas às outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra – e a natureza das instituições modernas”. Isso explica a mudança das formas da identidade ao longo do tempo, e afirma que a busca por uma identidade é uma questão oriunda da modernidade, originado no indivíduo ocidental. São construídas a partir de práticas vinculadas ao social e ao olhar do outro.

Para Ronsini (2007, p.66) a identidade não pode ser definida em por completo, mas pela relação de contraste com os grupos, “a definição de um ‘nós’ implica no contraste com ‘outros’”. Entende-se que os processos sociais envolvidos na formação e manutenção das identidades estabelecidas pela estrutura social e relações de poder, de forma que quanto mais subalterno o coletivo for, maior sua dificuldade em expressar sua identidade. Assim, para Farias e Sertório (2016), algumas identidades, ainda apegadas às tradições, tentam resgatar o verdadeiro sentido, já outras aceitam que essas identidades estão submetidas a processos políticos, representativos e sociais.

A cada dia, novas identidades surgem em meio a essa mistura cultural a que todos estão submetidos, em virtude do mundo globalizado. Elas então são manipuladas e orientadas por meio das relações de poder estabelecidas pela sociedade. Assim, conseqüentemente, os grupos subalternos, chamados de minorias políticas, têm suas identidades marginalizadas por falta de espaço representativo, embora sejam fortes e ricas, não representam valor para as classes dominantes.

As representações são definidas segundo Vera França (*apud* por Corrêa, Silveira, 2014, p. 211), como sinônimos de signos, imagens, formas e conteúdos do pensamento, um conjunto de ideias produzidas por uma sociedade; ou seja, tudo que é cheio de sentido que “nos permite formar relações com a cultura e com o mundo”. Essa “representação não é um movimento unidirecional, mas marcada pela reflexividade, posto que imagens e representações são produzidas no bojo de processos sociais, espelhando diferenças e movimentos da sociedade”. (CORRÊA; SILVEIRA, 2014, p. 211). Assim, as representações devem ser vistas como movimentos de tensão e conflito, desde a sua estrutura até mecanismos internos, estando em movimento contínuo na sociedade, materializadas em imagens, objetos, textos e práticas. Percebe-se então, o peso que a sociedade tem sobre as representações, que se interligam através da sociabilidade.

Como dito anteriormente, as representações são construídas e reconstruídas conforme as relações entre pessoas e grupos, capazes de ressaltar valores comuns da sociedade em questão, então a representação coletiva de um grupo atua na definição de um rótulo de “valor humano inferior”.

Assim, esse discurso forma sujeitos e organiza as relações sociais que estabelecem classificações. “A reprodução do poder ocorre quando o sentido da posição ocupada no espaço social é dado por categorias de percepção que são produtos de incorporação das estruturas sociais.” (RONSINI, 2007, p. 146)

Por meio desse conceito, os autores observam que “as práticas sociais são organizadas, influenciadas e conduzidas pelas representações, com efeitos práticos e reais.”. Para Foucault (citado por Corrêa, Silveira. 2014) as representações estão vinculadas à produção do saber social, tendo suas dimensões e conseqüências nas ideias de verdade e na circulação do poder.

3.1 Racismo e preconceito no Brasil: antecedentes históricos

“A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil”.
(NABUCO, 1900, p.19).

De acordo com o historiador africanista Paul E. Lovejoy (2002), a escravidão foi um importante fenômeno da história, presente em muitos lugares, da antiguidade até épocas muito recentes. A escravidão como sua definição de acordo com Lovejoy (2002) significa:

A escravidão é uma forma de exploração. Suas características específicas incluíam a ideia de que os escravos eram uma propriedade; de que eles eram estrangeiros alienados pela origem ou dos quais, por sanções judiciais ou outras, se retirara a herança social que lhes coubera ao nascer; que a coerção podia ser usada à vontade; que sua força de trabalho estava à completa disposição de um senhor; que eles não tinham direito a sua própria sexualidade; e por extensão as suas próprias capacidades reprodutivas; e que a condição de

escravo era herdada, a não ser que fosse tomada alguma medida para modificar essa situação. (LOVEJOY, 2002, p. 29-30)

Os escravos eram considerados bens móveis, o que significa dizer que podiam ser comprados e vendidos. Eles pertenciam aos seus donos, os quais tinham total poder sobre eles, e com isso, eram tratados como mercadorias.

A vinda dos negros e sua utilização como mão de obra do trabalho escravo no Brasil se deu por vários fatores: um deles diz respeito ao fato de que a mão de obra indígena não era considerada suficientemente produtiva pelos escravocratas, pois, antes da escravatura, os índios viviam da agricultura e caça de subsistência, além de possuírem uma cultura religiosa incompatível com o trabalho intenso que os colonizadores portugueses desejavam explorar. Portanto, para atender à demanda de grande escala da produção destinada à exploração de bens naturais e exportação de produtos como pau brasil, café, tabaco, algodão, arroz, cana de açúcar, e ouro e prata, eram necessárias mais pessoas capazes de trabalhar de forma intensa e exaustiva.

Assim, os colonizadores trouxeram os africanos, na situação de escravos, para realizar este trabalho. Vale ressaltar, que os africanos eram reconhecidos por seus trabalhos manuais com ferro e criação de gado, o que foi amplamente explorado na fase do Brasil Colonial, pois o gado era utilizado para exploração das terras brasileiras e o ferro para fazer ferramentas e instrumentos para plantio, retirada do ouro etc.

A herança deixada pela escravidão, que subjugou povos negros, ainda é percebida no racismo de brancos para com negros, mesmo com o passar dos anos, a discriminação e a opressão social ainda existem.

Jessé Souza (2017, p.74) avalia esse processo e aborda a característica da escravidão que “pressupõe a animalização e humilhação do escravo e a destruição progressiva da sua humanidade” e autoestima, que julga ter acontecido aqui, pelas perceptíveis permanências da situação dos negros hoje. Ainda são animalizados, tidos como qualificados pela “tração muscular”, o que os restringe a serviços pesados, braçais - como catadores de lixo, serventes de pedreiro, empregada doméstica, faxineira, *etc.* - além disso, segundo Souza (2017), lhe cobram orgulho do trabalho que realiza:

Como o caminho do aprendizado escolar é fechado desde cedo para a imensa maioria dessa classe, não é o conhecimento incorporado no trabalhador que é a mercadoria vendida no mercado de trabalho, mas a capacidade muscular, comum a todos os animais. Uma classe reduzida ao corpo, que representa o que há de mais baixo na escala valorativa do Ocidente. Por conta disso, essa classe, do mesmo modo que os escravos, é desumanizada e animalizada. (SOUZA, 2017, p.103)

Isso é refletido na imagem que os brasileiros têm dos imigrantes haitianos, com os quais a questão do trabalho animalizado é visível. Dados do Ministério do Trabalho (2016) comprovam essa perspectiva, ao trazer as principais categorias que mais empregam haitianos, sendo elas em sua

maioria exercícios de produção de bens e serviços industriais, reparação e manutenção e vendedores.

Tabela 1. Principais ocupações que mais admitiram haitianos, Brasil, 2016

Ocupação	2016 Movimentação
Admissões	
Servente de Obras	2.799
Alimentador de Linha de Produção	2.436
Faxineiro	1.694
Magarefe	921
Pedreiro	730
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	552
Cozinheiro Geral	495
Trabalhador de Serviços de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas	419
Trabalhador no Cultivo de Árvores Frutíferas	376
Retalhador de Carne	335

Fonte: Ministério do Trabalho, CTPS-CAGED, 2016.

Além disso, a média salarial é menos que dois salários mínimos - cotados em 2015 em R\$ 788,00. Como pode ser visualizado na tabela 2 os salários não passam de R\$ 1.403,00.

Tabela 2. Mediana salarial nas principais ocupações, no momento da admissão – 2015

Mediana salarial nas principais ocupações, no momento da admissão - 2015	
Principais ocupações	Total
	Mediana
Total	1.076
Servente de Obras	1.052
Alimentador de Linha de Produção	1.073
Faxineiro	972
Abatedor	1.060
Magarefe	1.016
Pedreiro	1.403
Cozinheiro Geral	1.042
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	1.011
Vendedor de Comércio Varejista	1.050
Repositor de Mercadorias	1.006
Outros	1.100

Fonte: CAGED/CTPS – Ministério do Trabalho

Fonte: Ministério do Trabalho, CTPS-CAGED, 2016..

Tabela 3. Nacionalidades com as menores medianas salariais, no momento da admissão no mercado de trabalho – 2015

Nacionalidades com as menores medianas salariais, no momento da admissão no mercado de trabalho - 2015	
Países	Total
	Mediana
CUBA	957
GUINÉ	970
SENEGAL	1.020
PAQUISTÃO	1.025
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	1.031
REPÚBLICA DO HAITI	1.045
GUINÉ BISSAU	1.049
REPÚBLICA DOMINICANA	1.050
GANÁ	1.053
URUGUAI	1.053

Fonte: CAGED/CTPS – Ministério do Trabalho

Fonte: Ministério do Trabalho, CTPS-CAGED, 2016..

Tabela 4. Nacionalidades com as maiores medianas salariais, no momento da admissão no mercado de trabalho 2015

Nacionalidades com as maiores medianas salariais, no momento da admissão no mercado de trabalho - 2015	
Países	Total
	Mediana
JAPÃO	10.329
CORÉIA DO SUL	5.688
FRANÇA	4.500
ALEMANHA	4.370
REINO UNIDO	3.170
EUA	3.018
MÉXICO	2.596
ESPAÑA	1.622
ITÁLIA	1.600
PORTUGAL	1.475

Fonte: CAGED/CTPS – Ministério do Trabalho

Fonte: Ministério do Trabalho, CTPS-CAGED, 2016..

Outro dado importante a esse estudo são as comparações de remunerações salariais de acordo com a nacionalidade do imigrante. Os países que têm as médias salariais mais baixas, são em sua maioria países da África - Guiné, Senegal, República Democrática do Congo, Gana, Guiné

Bissau, e República do Haiti. Em contrapartida, países do “norte global” - Japão, Coréia do Sul, França, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos, têm as maiores médias salariais.

3.2 Intolerância religiosa

Viviane Lucio, que trabalha na missão Paz em São Paulo, no apoio a refugiados sírios relata que o maior receio dessa população é “que tentemos convertê-los ou que sejam tratados com discriminação.” (2018, p. 52)

Como no caso do racismo, a intolerância religiosa não é algo novo na sociedade brasileira. Ela não se inicia com a chegada de refugiados no país. Sendo um dos países mais cristãos da América Latina, a intolerância por motivos religiosos é um fato social comum. De todo modo, é preciso reiterar que a islamofobia ganha proporções mundiais, por um estereótipo construído nas grandes mídias contra o terrorismo.

As denúncias de intolerância religiosa e xenofobia tiveram um aumento nos últimos anos, segundo dados do governo federal, “violações dos direitos de migrantes e refugiados, ou seja, atos xenófobos aumentaram 633% em 2014 e 2015 (330 denúncias foram acolhidas em 2015, contra 45 no ano anterior).” (FARAH, 2017, p. 14).

É preciso considerar que desde 2010, o Brasil tem recebido um maior contingente de população migrante, mesmo que no cenário mundial o percentual ainda seja pouco representativo. Historicamente, o Brasil abrigou a migração árabe, em especial a sírio-libanesa, como ressaltado anteriormente. Mas as principais denúncias de islamofobia são recentes e incidem principalmente sobre os refugiados recém-chegados ao país:

A discriminação contra os árabes muçulmanos teve maior intensificação e visibilidade após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Desde então, a islamofobia vem crescendo de forma assustadora e pudemos observar que diante a crise migratória mundial e os acontecimentos provenientes de grupos terroristas de origem islâmica, as portas para migrantes e refugiados árabes e muçulmanos têm se fechado cada vez mais, inclusive as fronteiras territoriais. (SANTOS, 2016, p 12)

Priscila Silva dos Santos (2016) salienta que o senso comum faz uma relação entre o terrorismo e a comunidade islâmica, principalmente originária de países árabes, e as implicações negativas à população árabe.

4 OLHARES E ENQUADRAMENTOS MIDIÁTICOS

“A mídia funciona, no nível macro, como um gênero discursivo capaz de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais, [...] que, de uma maneira ou de outra, legitima a desigualdade social pela cor da pele”. (SODRÉ, 1999, p.243).

No passado, as pessoas eram vistas como receptoras passivas, entretanto, atualmente, percebe-se que a sociedade não permanece na condição de receptora passiva; ela responde às interferências midiáticas. A sociedade interage não só com os meios de comunicação, mas também com os produtos gerados por elas, atribuindo-lhes sentido social.

Atento a isso, o pesquisador José Luiz Braga (2006) desenvolveu algumas formulações ao que seria o *terceiro sistema de processos midiáticos*, que corresponde a *atividades de resposta* produtiva e direcionada da sociedade em interação com os produtos midiáticos. São sistemas de interações diferidas e difusas, em que “a midiatização da sociedade corresponde a visibilizar acesso posterior e a ampliar o espaço e a abrangência das mensagens”. (BRAGA, 2006, p.22). Esse sistema comporta ainda importantes e produtivos casos de interatividade direta ou “estrita” (nos quais há retorno direto do receptor para o emissor), desde a conversação por meio da rede, por telefone, correspondência e conversação pessoal (BRAGA, 2006, p.22).

O sistema de interação social sobre a mídia (ou o terceiro sistema) é fundamental, pois torna possível o debate e a difusão de mensagens. Para Braga (2006), o que importa nesta circulação é a disseminação do assunto – o quanto as pessoas conversam sobre tais assuntos e interagem com base nesse estímulo. O esforço social de pessoas e/ou instituições é ganhar visibilidade e ter “circulação midiática” (a mídia veicula e depois a sociedade faz circular). Por essa perspectiva, a mídia assume um papel de formadora de mensagens e a sociedade enfrenta ativamente essas interferências.

Jessé Souza (2017, p.16) ao abordar a mídia, tem uma postura crítica quanto a sua função. Para o autor, ela “repete, reproduz e amplia, como se isso tudo fosse conhecimento real e indisputado”, mas em sua essência, não o produz. Partindo de objetivos comerciais e políticos, ela enfatiza alguns acontecimentos e encoberta outros, reproduzindo mensagens de duplo sentido. “A mídia retira seu poder de fogo desse reservatório de ideias dominantes e consagradas” (SOUZA, 2017, p.16), e é isso que as reportagens escolhidas, ao abordar imigrantes haitianos e sírios, nos mostram. No âmbito midiático, os refugiados têm sua imagem estereotipada reforçada.

Estes aspectos podem ser visualizados em duas manchetes do jornal impresso de maior circulação de Minas Gerais, a partir das quais é possível construir uma análise sobre como a mídia de massa reforça o preconceito e estereótipos socialmente construídos.

Apesar da crise, haitianos têm intenção de permanecer em Minas Gerais

Refugiados da Guerra Civil na Síria querem construir uma nova história em Minas

4

Apesar de todo o preconceito, dos rótulos direcionados a haitianos e sírios, tratados nos tópicos anteriores, observa-se que há uma distinção midiática entre essas populações. Enquanto os sírios chegam ao Estado com o intuito de construir, a outra manchete noticia que haitianos desejam permanecer.

Alguns aspectos podem ser sutis a uma primeira análise, contudo, as reportagens fazem uma clara distinção entre os dois grupos. Mesmo, os sírios sofrendo com a intolerância religiosa, como tratado anteriormente, o racismo, vivenciado pela população haitiana é um fenômeno estrutural na sociedade brasileira, como ressalta Jessé de Souza (2017).

É importante salientar, que a inserção desses grupos no mercado de trabalho, bem como em outras esferas da vida social, é influenciada por essas visões estereotipadas que são amplamente divulgadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência cultural não se transmite, afinal, nas nuvens nem pelo simples contato corporal. Os seres humanos são construídos por influência de instituições. (SOUZA, 2017, p.39)

O mito de criação da sociedade brasileira balizado na democracia racial causa a impressão de que o Brasil é mais receptivo aos imigrantes. Contudo, a realidade das pessoas que migram ao nosso país diverge desse símbolo.

As reportagens analisadas no presente artigo representam o senso comum da sociedade sobre essa temática, e, mesmo de modo inconsciente, fomentam e chancelam esses preconceitos.

---

⁴ Reportagens disponíveis em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/02/15/interna_gerais,734136/apesar-da-crise-haitianos-tem-intencao-de-permanecer-em-minas-gerais.shtml
https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/09/17/interna_gerais,569790/refugiados-da-guerra-civil-na-siria-querem-construir-uma-nova-historia-em-minas.shtml

Cada vez mais, viralizam nas redes sociais publicações e postagens alinhadas a discursos de ódio, como um vídeo publicado no ano passado,

mostra um homem exaltado, em Copacabana, a gritar repetidas vezes “Sai do meu país!”, ao mesmo tempo em que ostenta dois pedaços de madeira nas mãos e ameaça Muhammad Ali, refugiado sírio residente há três anos no Brasil, no Rio de Janeiro, onde trabalha a vender *esfihas* e doces típicos. “O nosso país tá sendo invadido por esses homens bombas, que matam crianças”, afirma o agressor. (FARAH, 2017, p. 16).

A xenofobia é crime no Brasil e, mesmo com toda a heterogeneidade de nacionalidades constituidoras de nossa cultura, a nossa sociedade não está preparada para os movimentos migratórios recentes. Romper com esse fenômeno requer um denso processo educacional de longo prazo. A curto prazo, é preciso ser vigilante e crítico com as notícias veiculadas nas mídias de massa, evitando a propagação de discursos de ódio.

Para além da disseminação e propagação de preconceitos, a continuidade de notícias nessa perspectiva, dificultam a inserção desses indivíduos nas esferas da vida social, violando direitos fundamentais dessa população.

REFERÊNCIAS

- BIJOS, Leila; SILVA, Patrícia Almeida da. Análise da primavera árabe: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito. **Revista CEJ**, Brasília: Centro de Estudos Judiciários, Conselho da Justiça Federal, ano XVII, n. 59, p. 58-71, jan./abr. 2013.
- BRAGA, José Luiz. **A Sociedade enfrenta sua mídia**: Dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.
- BRASIL, Emmanuel de Nazareth. **Migração Síria contemporânea: da partida a (re)inserção**. 2017. 83 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014. <<https://bit.ly/2LhVq0Df>> acesso: 23.jul.2018
- CAVALCANTI, L.; Oliveira, T.; Araujo, D., **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2016. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016. <<https://bit.ly/2OS8nve>> acesso: 23.jul.2018
- CAVALCANTI, L.; Oliveira, T.; Araujo, D., Tonhati, T., **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2017. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017. <<https://bit.ly/2wk9ZpV>> acesso: 23.jul.2018
- CNIG – **Conselho Nacional de Imigração. Resolução Normativa do Conselho Nacional de Imigração** n. 97, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão de visto permanente previsto no art. 16 da Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Brasília, 2012.

- COÊLHO, Tamiris; CORRÊA, Laura Guimarães. **Normas e valores**. In: FRANÇA, Vera Veiga; MARTINS, Bruno Guimarães; MENDES, André Melo. Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS): Trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação. Belo Horizonte: PPGCom - UFMG, 2014.
- Cruz, Márcia Maria. **Apesar da crise, haitianos têm intenção de permanecer em Minas Gerais**. Minas Gerais: em.com.br, 2016. <<https://bit.ly/2BXP3vj>> acesso em: jul. 2018.
- Drummond, Ivan. **Refugiados da Guerra Civil na Síria querem construir uma nova história em Minas**. Minas Gerais: em.com.br, 2014. <<https://bit.ly/2MZo4n5>> acesso em: jul.2018.
- FARAH, Paulo Daniel Elias. Combates à xenofobia, ao racismo e a intolerâncias em encontros entre refugiados e brasileiros e em programas educativos de idiomas e culturas. **REVISTA USP**, v. 114, p. 12, 2017.
- FARIAS, Helayny A. Barbosa, SERTÓRIO, Ruth G. Á. Amorim. **Um diálogo entre tradição, globalização, moda e apropriação cultural**. 12º Colóquio de Moda - 3º Congresso de Iniciação Científica em Design e Moda, 2016.
- FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia de. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 145-161, Apr. 2017.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomás Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- LOVEJOY, Paul E.. **A escravidão na África: Uma história de suas transformações**. [S.L.]: Civilização Brasileira, 2002.
- LUCIO, Viviane. Estrangeiros no Brasil: missão Paz em São Paulo acolhe imigrantes até a legalização. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 51-52, June 2015. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200015&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Aug. 2018.
- NABUCO, Joaquim. **Joaquim Nabuco: Trechos Escolhidos: Nossos Clássicos**. [S.L.]: Agir, 1958.
- PEREIRA, João Baptista Borges. Diversidade e pluralidade: o negro na sociedade brasileira. **Rev. USP**, São Paulo, n. 89, maio 2011 . Disponível em <http://rusp.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-99892011000200019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 ago. 2018.
- RONSINI, Veneza V. Mayora. **Marcadores de sentido: consumo de mídia e identidades juvenis**. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- SANTOS, Priscila Silva dos. **O Estudo da Islamofobia através dos meios de comunicação**. Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 79-90, 10 de nov. 2016. Semestral.
- SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- Souza, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.